

## Capítulo 3

### Nas rodas da História: Instruir para Civilizar

Ao final do capítulo anterior vimos que, em abril de 1844, ocorreu, na revista *Minerva Brasiliense*, uma substituição dos ensaios de crítica literária pelos de História. Essa mudança denotou uma articulação da escrita da história nacional ao projeto de construção da nação, para a qual o IHGB mostrou-se um elemento fundamental.

O IHGB esteve integrado ao projeto político-administrativo dos dirigentes imperiais, os empenhados no processo de consolidação da Monarquia Constitucional e do Estado centralizado.

No mesmo momento em que as transformações políticas e sociais, provocadas pela formação dos estados nacionais, estavam latentes e em que a História já se constituía, na Europa, como disciplina escolar, o IHGB pretendia recolher documentos que organizassem a História do Brasil, singularizar a escrita da mesma e contribuir para o ensino da História do Brasil como disciplina escolar aqui também.

O esforço dos dirigentes imperiais em sistematizar o ensino de história ratificou tanto a noção de ordem partilhada por eles quanto o afastamento da sensação de “desordem” experimentada nos tempos regenciais.

Partindo da premissa de que o IHGB foi o lugar de elaboração de uma história para a fundação do Brasil, é interessante perceber que parte dos letrados do império teve um papel importante nele e que outros espaços culturais contribuíram para a difusão e homogeneização de um determinado projeto nacional do núcleo deste grupo.

As experiências comuns vividas por aqueles letrados possibilitaram sentir e identificar seus interesses como algo comum, e, desta forma, contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses eram percebidos como diferentes e antagônicos aos seus.<sup>1</sup>

Nesse contexto de formação e consolidação do Estado nacional, os membros do IHGB forjaram um projeto historiográfico em que o sentido de experimentar o

---

<sup>1</sup> Cf. THOMPSON, E. P.. “La sociedad inglesa Del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?”, In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Critica, 1979.

tempo conduziu-se pela intenção em afirmar o Estado monárquico brasileiro como modelo de civilização.

Sem dúvida, as características específicas da escrita da história, dita oficial pelo IHGB, estabeleciam os exames e as interpretações hegemônicas do caminho social, econômico e político brasileiro. Este modelo que a instituição queria compor teve como princípio fundamental a inserção do Brasil na história da civilização ocidental, ou seja, incluir a nova nação na mesma direção histórica das nações européias do ocidente. Procurou destacar as singularidades da experiência brasileira, e, para isso, teve no romantismo um importante aliado. Entre a fundação e a consolidação do Império do Brasil, aqueles que compunham a direção do estado tiveram “*os olhos na Europa e os pés na América*”.<sup>2</sup>

Os “olhos na Europa” consistiam no ideal que os construtores do Império do Brasil tinham de erigir um Estado-nação soberano, análogo aos Estados nacionais europeus. Estes reivindicavam um lugar na Civilização, visto que se consideravam herdeiros da Ilustração. Estar com os olhos voltados para a Europa significou também acompanhar o curso da Grande Revolução de 1789, suas conquistas da liberdade, o nacionalismo ascendente, e as garantias constitucionais.

Já os “pés na América” significavam um esforço dos dirigentes políticos em marcar a singularidade do reino americano, enfatizando sempre a expressão “A África civiliza a América”, na medida em que a “polícia britânica investia em ações contra a extinção do tráfico negreiro intercontinental”.<sup>3</sup> Os pés na América significaram também a manutenção da ordem, ou seja, tanto uma resposta às rebeliões, sedições, insurreições e desordem urbana, quanto um reforço de uma particularidade que a sociedade imperial carregava, ao apresentar os elementos constituintes, distintos e hierarquizados, dos mundos do Governo, da Desordem e do Trabalho, que representavam, respectivamente, o Povo, a plebe e os escravos.<sup>4</sup>

Pensar e dirigir o Império do Brasil, bem como constituir a nação brasileira, foi tarefa daqueles homens comprometidos com o desvendamento do processo de gênese da nação. Estes se ocuparam, também, em esboçar os caminhos que o Império deveria seguir rumo ao progresso e à civilização.

---

<sup>2</sup> Nesta sentença reside o “segredo da trajetória de individuação de uma classe”, e o revestimento da forma de construção de uma associação política de cidadãos brasileiros soberana. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 139.

<sup>3</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 139.

<sup>4</sup> Ver “Um Império e Três Mundos”, In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

Para compreender melhor a proposta do projeto de construção nacional em que a revista *Minerva Brasiliense* esteve inserida é necessário tecer alguns comentários sobre um texto presente na revista: *Progressos do século atual*<sup>5</sup>, cujo autor foi Francisco de Sales de Torres Homem.

Associados à palavra *Nação* em meados do século XIX, *progresso* e *civilização* foram conceitos-chave bastante recorrentes não apenas em ensaios veiculados na revista, mas também em outros periódicos da mesma época. Os ensaios que versavam sobre economia, textos literários e até mesmo científicos deram a alguns homens letrados do século XIX a sensação de serem grandes contribuidores para a construção de um padrão discursivo sobre a nação e para a orientação do Império do Brasil no caminho rumo ao progresso e à civilização.

O texto abriu a revista assumindo um papel de manifesto introdutório, logo seguido pela seção de Ciências. Discorreu sobre astronomia, zoologia, geologia, e arqueologia; discorreu também sobre a medicina influenciada pela Alemanha e França, citou Coster, Laennec, Bichat, Morgagni, Bonnet, Lavoisier, entre outros; química, física, filosofia e política também foram campos presentes no ensaio de Torres Homem.

O letrado, assim como os outros que compunham o periódico, se valeu da *Minerva Brasiliense* como palco privilegiado para esses debates sobre o Brasil. Os homens de letras compromissados com a missão de esclarecer a sociedade buscaram promover o avanço da civilização do Império do Brasil. Para tanto, esses letrados, sobretudo Torres Homem, que também fazia parte do mundo do governo, carregavam dentro de si as “capacidades e habilitações” que os tornavam “representantes da nação”, ou seja, “a parte mais importante da nacionalidade”.<sup>6</sup> Assim, através da divulgação de seus artigos e ensaios, tais homens de letras desejavam não apenas informar seus leitores, mas também formar aqueles leitores que tivessem capacidades, habilidades e disposição de colaborar para a nação rumo ao progresso.

Partindo de um ideal da palavra impressa de formar leitores, tanto o conteúdo dos ensaios da revista *Minerva Brasiliense* quanto a sua forma contribuíram para a construção de uma opinião pública estrita. Nesse pano de

---

<sup>5</sup> *Minerva Brasiliense*, n.1, 01 nov. 1843.

<sup>6</sup> A respeito da complexidade do organograma social que diferencia sociedade civil e sociedade política no Império do Brasil consultar: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

fundo, todas as instâncias que contribuíssem para o aprimoramento do homem deveriam ser estimuladas, desde as inovações técnicas, até as noções de gramática francesa, uma vez que o conhecimento desse idioma era tido como fundamental para uma formação distinta.

Os letrados que escreviam na revista acreditavam no poder transformador de sua participação ativa nas mais variadas esferas da sociedade, ou seja, acreditavam que os seus “*sacrifícios*”<sup>7</sup> intelectuais, materiais e morais como cidadãos, e o esforço do aprimoramento do espírito garantiriam assim, a marcha da nação brasileira rumo ao progresso.

Ao iniciar o ensaio falando do campo do progresso técnico-científico, Torres Homem enfatizou a importância de se debruçar sobre os progressos que indicavam alguns melhoramentos práticos à condição humana, sobretudo a aplicabilidade das ciências na vida cotidiana do homem do século XIX:

*“É somente em nossos dias que se tem feito notar uma geral mudança na direção das ciências: noutras épocas elas apresentavam uma marcha ativa e orgulhosa absorvidas na grandeza de suas abstrações pouco se cuidava em prestá-las ao serviço prático da espécie humana, aplicando-as às artes úteis. Daí provinha que estas, sem princípios racionais, se guiavam apenas por uma espécie de instinto empírico. A nossa idade terá a glória de haver tirado a ciência de suas compreensões egoístas. Mais popular hoje em dia, ela não vive exclusivamente no recinto das academias; percorre os campos, visita as oficinas, e vem presidir até os modestos arranjos da vida doméstica. Que poderosos auxílios dados às artes pela química e a física! Enquanto uma dotava de uma multidão de processos novos, os domínios das indústrias, a outra estendia a esfera do poder do homem sobre o universo físico que o encadeia e limita, substituindo a força dos músculos pela ação emprestada dos agentes da natureza, armando com máquinas a fraqueza de seus membros”*.<sup>8</sup>

No argumento que se seguiu, a ciência no século XIX estaria à disposição do intelecto humano para ser aprimorada em prol do próprio uso humano. O aprimoramento dessas ciências – humanas, naturais, morais, entre outras – conduziriam a um progresso tanto material quanto do espírito. Esse espírito e o intelecto humano funcionariam como instrumentos de mudança da própria condição humana, seja ela material ou moral.

<sup>7</sup> Percebemos que a palavra “sacrifício” foi fortemente ligada à palavra cidadão, tanto no texto *Obras sobre a Geografia e História do Brasil – O compendio do Sr. General J. I. de Abreu e Lima*, assinado pelo autor T, quanto em Santiago Nunes Ribeiro em seu texto “*Parnaso Brasileiro*”, ambos na *Minerva Brasiliense*, n.2, 15 nov, 1843.

<sup>8</sup> *Minerva Brasiliense*, nº 1, 1 de novembro de 1843.

Por outro lado, as idéias não estavam desvinculadas das experiências. A referência à Revolução Industrial no artigo demonstrou a relação com experiências não necessariamente vividas diretamente, mas certamente sentidas por Torres Homem.

*“As aplicações da ciência ao mecanismo da indústria, à transformação da matéria, aumentaram cem vezes, mil vezes, as forças do cavalo, da égua e dos ventos, substituíram o movimento de um segundo a 20 horas de trabalho; engrandeceram o homem na terra que habita, legitimaram seus títulos de rei da criação, e trazendo a seu serviço e obediência os elementos subjugados, realizaram a palavra do poeta (Virgílio) – mens agitat molem”*<sup>9</sup>

Essas palavras de Torres Homem informaram não somente a aplicabilidade das ciências no cotidiano humano, mas também a sua capacidade de transformá-lo. A aceleração dos acontecimentos proporcionou um distanciamento cada vez maior entre passado e futuro, em que este último adquiriu como principal característica a imprevisibilidade, pois sua realização passou a estar diretamente relacionada com a ação do homem no mundo.

A aceleração do tempo, a busca do progresso e a imprevisibilidade com relação ao futuro foram os principais aspectos que definiram a concepção de tempo que se estruturou no mundo moderno. Quanto mais rápido atingisse o futuro desconhecido, sem, no entanto, perder o controle sobre o mesmo, mais rápido os homens e a sociedade atingiriam o progresso tanto material, quanto social, político e espiritual.

Como bem afirma o historiador Reinhart Koselleck<sup>10</sup>, o conceito histórico chave da modernidade é o conceito de progresso, na medida em que ele incorpora as noções de linearidade, aceleração e evolução, característicos da concepção de tempo que se estruturou a partir de fins do século XVIII, principalmente com o advento da Filosofia Iluminista, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa.

É importante atentar para esta nova forma de vivenciar o tempo que se estruturou a partir das experiências da modernidade, uma vez que o tempo histórico não é algo natural e evidente, mas sim uma construção cultural que em

---

<sup>9</sup> Idem. A expressão em latim significa “o espírito move a matéria”, frase do poeta Virgílio aproveitada pelos panteístas e estóicos, talvez empregada por Torres Homem no sentido de que a inteligência domina a matéria.

<sup>10</sup> KOSELLECK, Reinhart. “Modernidade. Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

cada época determina, de uma maneira específica, como os homens estabelecem as relações entre aquilo que já foi experimentado (passado) e as expectativas que se lançam ao futuro, influenciando diretamente no seu agir cotidiano (presente).

Portanto, somente pela ação dos homens, no espaço de experiência que lhes é específico e no qual podem atuar, e não mais por meio de forças externas que estão além de seu controle, se tem a possibilidade de atingir determinadas estas expectativas feitas em relação ao futuro. Expectativas se encontram representadas na associação entre os conceitos de progresso e civilização.<sup>11</sup>

Segundo Torres Homem, expressão desse progresso e importante conquista fora a invenção da navegação a vapor, tanto para a indústria quanto para a civilização<sup>12</sup>. Esse avanço tecnológico criou uma dinâmica em relação ao espaço e, sobretudo ao tempo. Quando entrecruzamos a dimensão temporal e as informações da origem da viagem, do seu percurso, da embarcação e sua “carga” e do seu destino, enxergamos que o tempo da viagem não é meramente cronológico. Ou seja, não importa se a sua duração foi de dez horas ou de três meses, mas sim o tempo histórico que expressa. Este era o tempo da revolução técnico-científica, daquele que trouxe consigo mudanças relevantes quanto à origem, tanto quanto ao destino da viagem e, sobretudo, quanto às “cargas” transportadas nas navegações, fossem elas, objetos, pessoas livres ou não-livres, ou livros.

O fato das pessoas interagirem umas com as outras e estarem em contato com obras literárias, obras de pensadores políticos, impressos que noticiam acontecimentos, ou que abrilhantam o espírito humano, possibilitou uma concepção simultânea do tempo na modernidade.<sup>13</sup> Para Benedict Anderson, a concepção simultânea do tempo moderno, associada ao que chamou de “capitalismo editorial”, foi fundamental para a apreensão do mundo e tornou possível “pensar” a nação.

---

<sup>11</sup> Os primeiros a relacionarem o conceito de civilização ao conceito de progresso foram os iluministas escoceses Adam Ferguson (*Ensaio sobre a história da sociedade civil*, 1767) e Adam Smith (*A riqueza das nações*, 1776). A respeito da influência exercida desses pensadores no Brasil, me meados do XIX, consultar: RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830/1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>12</sup> Os benefícios da navegação a vapor, de acordo com Torres Homem, iriam colaborar para “a comunicação dos povos e contato entre nações e do desenvolvimento da indústria e da civilização”. In: *Minerva Brasiliense*, nº 1, 1 de novembro de 1843.

<sup>13</sup> Ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 54-57.

Como já foi dito anteriormente as idéias não estavam desvinculadas das experiências. Tal como a Revolução Industrial, a Revolução Francesa exerceu grande influência sobre o pensamento dos letrados do século XIX. Esta última trouxe para o campo da experiência cotidiana o que o progresso havia definido conceitualmente através do pensamento iluminista. Nas interpretações de Torres Homem

*“A revolução dos Estados Unidos, mal sentida pelos governos, pareceu unicamente a emancipação de um povo, que chegara nos anos da juventude, a separação da parte de um império, cujos interesses repugnavam entre si, antes do que a materialização de novos princípios ou confinados no gabinete dos espíritos especulativos, ou consignados em alguns de seus escritos. Mas a revolução da França veio dar o sinal de que uma grande mudança se havia operado nas idéias dos povos. A Europa armou-se contra as novas doutrinas, tendo a sua frente a oligarquia dos conselhos áulicos; os povos marcharam para a cruzada; o princípio absoluto foi vencido; e o edifício da servidão desde então vacilou na sua base, e começou a ameaçar ruína por todos os lados. Debalde o grande gênio que assombrou a Europa, pareceu por anos ter contido a torrente progressiva: seus exércitos, suas administrações conquistadoras, inoculavam nas nações as idéias, que a revolução lhes ensinara, e que a glória dos triunfos tinha na França como abafadas em seus resultados práticos”.*<sup>14</sup>

A revolução era algo irrefreável. Como vimos na citação acima, os regimes absolutistas ainda existentes na Europa bem que tentaram parar o carro da revolução, contudo *“os povos marcharam para a cruzada”* e como efeito, *“o princípio absoluto foi vencido”*. Mais à frente, em sua interpretação sobre os “progressos do século atual”, Torres Homem, ao citar Napoleão, elucidou o sentido da “revolução” tanto para Napoleão, no momento de sua queda, quanto para ele. Vejamos:

*“ele havia dito: - ‘depois de mim a revolução, isto é, as idéias constitucionais perseguirão o seu caminho. Se mãos hábeis e possantes não cavarem um leito à torrente, ela o abrirá, arrebatando destroços deploráveis’ – Palavras proféticas foram estas, que resumem o que de fato aconteceu, e que retumbarão ainda por largo tempo neste universo todo sulcado de sua glória”.*<sup>15</sup>

Dado ao seu distanciamento no tempo, Torres Homem consegue qualificar as palavras de Napoleão como “proféticas”, pois justamente por estar no futuro,

<sup>14</sup> *Minerva Brasiliense*, n.1, 01 nov. 1843.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

ele foi capaz de isolar o discurso do estadista francês da experiência à qual este se referia, a Revolução Francesa.

Além do aspecto político-social quanto à associação dos conceitos de nação, progresso e civilização no pensamento de Torres Homem, houve pelo menos outros dois aspectos que foram de bastante valia, o econômico e o cultural. Quanto às ciências administrativas, Torres Homem defendeu o liberalismo dizendo ser uma “*bela e grande conquista*” do seu tempo e filho do movimento civilizador do século XVIII.

Os campos das artes e da literatura também tiveram o seu peso no ensaio de Torres Homem, visto que a *Minerva Brasiliense* foi um importante veículo difusor de idéias de parte dos letrados que defendiam uma determinada cultura e uma literatura genuinamente brasileiras.

A literatura era concebida, à época, como o “espírito de um povo”, capaz de expressar a nação, provar a sua existência, ou até mesmo ilustrar uma nacionalidade no século XIX.

Torres Homem sugeriu sutilmente em suas palavras uma nova tradição. Aquela não mais antiga e ligada a temas do universo clássico, mas aquela que estava em conformidade com a modernidade, inspirada nos “*espíritos independentes*”.

*“Nas belas artes, e em todos os ramos da literatura, longo tempo se haviam reduzido a imitar invariavelmente tipos antigos de admirável beleza, mas cuja reprodução continua vinha a ser monótona. Deixando as vestes e as cores do politeísmo, a que nada correspondia em nossas crenças e sentimentos, a moderna poesia voou sobre as asas da musa cristã, através de regiões misteriosas, até a fonte suprema do belo e do santo. Espíritos independentes, deixando a trilha batida do gênero clássico, se aplicaram a estudar, e a pintar a natureza sob novos aspectos. Arredando-se dos modelos de convenção eles encontraram às vezes monstros; mas é lícito, que se desvairem hum santo, os que saem das sendas ordinárias e conhecidas”*.<sup>16</sup>

O processo de forjar a nação no Brasil se deu pela atuação política e simbólica. A literatura, à época entendida como expressão do espírito de um povo em busca da identidade nacional, se utilizou da linguagem romântica e procurou

---

<sup>16</sup> Ibidem.



na história e na cultura motivos para que entidades políticas, como o Império do Brasil, existissem separadas das antigas metrópoles.<sup>17</sup>

No entanto, para os dirigentes intelectuais, formar a nação significaria criar os símbolos em torno dos quais ela seria pensada e estabelecer uma identidade comum para seus habitantes. No trecho citado anteriormente, Torres Homem constituiu uma consciência crítica que se voltou para a própria representação do Brasil.

Percebemos, em suas palavras, um esforço em singularizar o movimento romântico brasileiro, o qual, para o autor José Aderaldo Castello, teria encontrado “*raízes em nós*”.<sup>18</sup> A experiência colonial teria estimulado os influxos que encontramos no romantismo brasileiro. Esta experiência, segundo Castello

*“alimentou a definição e o reconhecimento da consciência da nacionalidade e possibilitou a oposição das nossas origens européias às raízes americanas, para investigação dos componentes autóctones de valores e tradições e de pesquisa da sensibilidade nacional”.*<sup>19</sup>

O ensaio em questão situou-se no período de formação e autonomização da identidade nacional. As artes, para Torres Homem, inspiravam os “*espíritos independentes*”, que constituíam a nação, criando e re-criando um conjunto de símbolos e tradições e, sobretudo, uma crença nelas.

Neste processo de criação de tradições nacionais, a história também se constituiu como elemento fundamental, na medida em que foi apresentada como a narrativa por excelência da nação. No tocante à experiência brasileira, percebemos que a prática historiográfica do IHGB buscou registrar na grande narrativa da civilização ocidental um sentido único da trajetória histórica do Brasil, privilegiando a legitimação da monarquia brasileira.

---

<sup>17</sup> Tal esforço no sentido de constituir uma nacionalidade brasileira a partir de sua literatura pode ser entendido como expressão da associação entre o nacionalismo romântico e o pensamento conservador. Isso porque, o conservadorismo atrelado à experiência romântica emergiu da nova organização temporal advinda da modernidade, incorporando seus pressupostos conscientemente, e lhes imputando um sentido diverso. Enquanto determinados grupos sociais – progressistas – buscaram estimular ao máximo a aceleração do tempo, provocando a ruptura entre passado e futuro, outros indivíduos organizados politicamente, que se valeram do pensamento conservador tiveram por finalidade retardar ao máximo este processo, tecendo assim uma unidade entre passado e futuro.

<sup>18</sup> CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira. Origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Edusp, 1999. (vol. 1) p.26

<sup>19</sup> Idem. *Ibidem*.

O grupo dos letrados que compunha a *Minerva Brasiliense* também não se furtou em forjar o projeto nacional que estava em construção pela “boa sociedade” no seio do Instituto, procurando difundir-lo e homogeneizá-lo. Para isso a preocupação com a História, a Geografia e a Etnografia foi bastante significativa. Vejamos um trecho do texto intitulado *Obras sobre a Geografia e História do Brasil – O compêndio do Sr. General J. I. de Abreu e Lima*, assinado pelo autor T:

“O Brasil é quase inteiramente ignorado dos brasileiros, embora um ou outro possa ter detalhado conhecimento desta ou daquela localidade, onde morou, ou que percorreu para o trato dos seus negócios. **Estranhas umas as outras, falta as nossas províncias a força do laço moral, o nexó da nacionalidade espontânea que poderia prender estreitamente os habitantes desta imensa peça, que a natureza abarcou com os dois maiores rios do universo**”

“A história do país ou depositada em antigos e fastidiosos volumes e geralmente ignorada, ou escrita até certo tempo por mãos menos aptas, por estrangeiros que, como Beauchamp, trataram só de compor um romance, que excitasse a curiosidade de seus leitores na Europa, não pode despertar no espírito de nossa juventude o nobre sentimento de amor de pátria, que torna o cidadão capaz dos maiores sacrifícios, e o eleva acima dos cálculos mesquinhos do interesse individual”.<sup>20</sup>

Mais adiante no texto, o autor diz que houve uma necessidade de se ter mapas bons e exatos para que fossem indicadas vilas e povoações, pormenores do solo e curiosidades. Segundo ele, as “*assembléias provinciais prestariam grande serviço à nação se retirassem de seus arquivos os mapas guardados na sombra do mistério, e depois [os entregassem] ao exame e correção das pessoas entendidas*”, para que após a análise fossem destinados ao governo. E que este último, teria a função de “*litografar e distribuir ao público por preço cômodo*”.<sup>21</sup>

No decorrer do artigo, o autor pontuou diversos nomes de letrados<sup>22</sup> que teceram a história do Brasil a partir de suas impressões e experiências vividas ou até mesmo a partir de pesquisas. Porém, deu maior ênfase, ao *Compêndio de História do Brasil*<sup>23</sup> de J. I. Abreu e Lima, onde diz-nos que

“no estreito limite de dois volumes abrange a história toda deste país desde o seu descobrimento até a maioridade do Sr. D. Pedro II em 1840, não é em

<sup>20</sup> *Minerva Brasiliense*, n.2, 15 nov. 1843. Grifos nossos.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> O autor fez menção a nomes como Spix e Martius, Auguste de Saint Hilaire, Barão de Eschwege, cônsul Langsdorf e Ferdinand Denis.

<sup>23</sup> Sobre o *Compêndio*, o autor diz ser “*a obra mais útil*” sobre a História do Brasil, publicado até então.

*grande parte senão uma compilação bem feita e coordenada, do que o seu autor encontrou de melhor nos diferentes escritores, que o precederam*".<sup>24</sup>

Ao final do texto, o autor diz-nos também que ainda seria necessário compor "*uma história geral e completa do Brasil*", enfatizando também a finalidade do IHGB que seria a "*de escrever a história nacional*", e que esta deveria ser o "*resultado final, da conversão de todos os seus trabalhos (do IHGB)*".<sup>25</sup>

Nas palavras do autor, ficou claro que a escrita da história foi um meio indispensável à época para forjar a nacionalidade. O Instituto Histórico tinha a função de escrever a história nacional. Além disso, era necessário também unir os conhecimentos geográficos aos do campo da história, fornecendo assim, dados indispensáveis para a construção da nação e seu território.

A escrita da história nacional procurou conjugar, unir, formar um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. Somado ao projeto centralizador que buscava se consolidar, o ofício do historiador foi muito importante, pois ele deveria esquadrihar a "*nação como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias*".<sup>26</sup>

De acordo com Manoel Salgado Guimarães, o projeto político forjado na Revista do IHGB penetrou na concepção exemplar da história e abriu uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecer exemplos às gerações futuras, contribuindo assim, para a construção de uma memória de heróis nacionais. Mas não foi apenas do caráter exemplar da história que se valeu o projeto historiográfico do IHGB.

A história, que já vinha adquirindo entendimento como processo e o *status* de singular-coletivo, transformou-se ao longo do século XIX no modo fundamental de compreender as manifestações humanas. O próprio advento da Revolução Francesa pode ser tomado como exemplo desta transformação, uma vez que, a partir dela, o passado foi perdendo seu valor como fonte exemplar e, conseqüentemente, perdendo seu valor pedagógico. O presente passou a ser considerado o lugar que indicava o novo, o que causava uma intensa sensação de

<sup>24</sup> *Minerva Brasiliense*, n.2, 15 nov. 1843.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, nº 1, 1988, p. 19.

transitoriedade, e o futuro representava a eventualidade, característica daquilo que era incerto, bem como projetava os anseios do presente.<sup>27</sup>

Esta nova concepção de História também foi partilhada pelo Instituto, o qual conferiu ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história, seu sentido teleológico.<sup>28</sup> Como exemplo do esforço de civilizar o Império do Brasil através da escrita de uma história nacional, podemos citar a obra *História Geral do Brasil*, publicada em 1854, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Da mesma forma que Santiago Nunes Ribeiro procurou periodizar a literatura, os letrados do IHGB também procuraram periodizar a escrita da história do Brasil – entre “antiga e moderna”. Esta ação não foi meramente a feitura de uma cronologia da história, mas serviu também à singularização da experiência brasileira.

Marcar cronologicamente a escrita da história representou um fator fundamental para o estabelecimento de uma lógica processual que articulou o passado colonial com o presente, resgatando no passado, as premissas da civilização que a escrita da história nacional buscava assegurar.<sup>29</sup>

No que tange à memória nacional, a nação, com seus diversos momentos de fundação, materializou os fundamentos do que lembrar e do que esquecer. Na ausência de uma origem nacional, os românticos buscaram inventar uma tradição para aqueles que viriam a simbolizar a nação brasileira em meados do XIX: a figura do indígena e também a do colonizador português. A herança colonial não poderia ser descartada, porém sua apropriação se deu de forma limitada, anulando a figura do negro, também pertencente à construção dessa mesma nação.

Isso nos mostra o sentido de Nação brasileira que vinha se constituindo na experiência imperial brasileira. Ao passo que se definia, ela passava a definir o “outro”. Tal movimento se deu tanto no plano interno quanto no externo, pois ao definir a Nação brasileira enquanto representante de uma determinada idéia de civilização no Novo Mundo, a historiografia que se constituía no seio do IHGB

---

<sup>27</sup> Ver “O futuro passado dos tempos modernos”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>28</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, nº 1, 1988.

<sup>29</sup> GONÇALVES, Sérgio Campos. “A escrita da história do Brasil: O pensamento Civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: NICOLAZZI, Fernando, MOLLO, Helena e ARAUJO, Valdei (org.). *Caderno de resumos e Anais do 4º Seminário Nacional de História e Historiografia: tempo presente e usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

definia aqueles que ficariam excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: os negros. Esta definição marcaria, também, a sua distinção discursiva das experiências republicanas do restante do continente americano, simbolizando assim, a forma republicana de governo como uma representação da barbárie.

No sentido da elaboração de uma História do Brasil, os primeiros passos foram concretizados pela ação do primeiro secretário perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, ao propor uma premiação para aquele que melhor elaborasse um plano de como escrever a História do Brasil. O premiado texto foi do botânico alemão von Martius<sup>30</sup>, que se caracterizou como um texto pragmático, ou seja, ligado ao projeto nacional do qual o Instituto fazia parte. O texto definiu as linhas básicas do projeto historiográfico que buscou garantir uma particularidade à Nação no processo de sua construção.

O texto de von Martius concorreu com o texto de Henrique Júlio Wallenstein, intitulado *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, o qual considerava que a história deveria ser sistematizada através de uma narrativa que organizasse os acontecimentos do Brasil por décadas, conferindo especial destaque para os fatos políticos.<sup>31</sup> De acordo com Sérgio Gonçalves, a proposta de Wallenstein retomava uma concepção de escrita que naquele momento já se encontrava ultrapassada.<sup>32</sup>

Como alertamos há pouco, a definição da história organizada unicamente pelo critério cronológico não cumpriria com a finalidade de fornecer um sentido histórico que contemplasse as necessidades historiográficas do IHGB. Além da narração dos fatos, era tarefa do historiador a intervenção para o fornecimento ao leitor de um eixo de compreensão histórica. Neste sentido, agregaram-se ao ofício do historiador o caráter pragmático e, sobretudo, o filosófico.

O ensaio de von Martius demonstrou a concepção filosófica da história do Brasil de acordo tanto com a política cultural que vinha se consolidando no Império quanto com a idéia de nação que se queria elaborar. Este se caracterizou como uma cartilha para uma leitura pragmática da História do Brasil, o qual

---

<sup>30</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. "Como se deve escrever a História do Brasil". In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Livro de fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

<sup>31</sup> Cf. Sérgio Campos Gonçalves. *Op. Cit.* p. 7.

<sup>32</sup> Idem.

esboçou várias idéias sobre o tortuoso caminho da escrita da História do Brasil. As idéias foram muitas, e sua proposta direcionou a base metodológica para os inúmeros trabalhos que o IHGB publicaria.

Dizer que o texto de von Martius definiu as linhas básicas do projeto historiográfico que buscou garantir uma particularidade à Nação em processo de construção, é dizer que esta particularidade da nação brasileira estaria garantida, na sua compreensão, se o historiador tivesse a capacidade de operar com a idéia da “*mescla, das relações mútuas dessas três raças*”, o negro, o índio e o branco.<sup>33</sup>

O texto de von Martius propôs uma maneira de pensar cada um dos três grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira. A função de cada um desses grupos na composição da nacionalidade brasileira revelou um alinhamento com valores civilizatórios cultivados desde os colonizadores europeus. Além disso, suas elaborações no ensaio indicam a concepção historicista da história que convencionava um sentido temporal evolucionista em que os padrões civilizatórios das grandes nações ocidentais eram a linha de chegada.

Percebemos no ensaio de von Martius que o branco, o português europeu, é colocado como aquele civilizado capaz de civilizar, funcionando como pilar formador da população e, orientando, sobretudo, a própria composição da história, ou seja, funcionando como “*parte*” protagonista da História do Brasil.<sup>34</sup>

O indígena, em sua opinião, merecia um destaque na construção da nação brasileira, pois na ausência de mitos nacionais, a função de elemento inventado para a construção da nação brasileira seria a do autóctone. Este também tinha a “*sua história como parte*” da História do Brasil.

Já o negro, considerado fator de impedimento ao processo de civilização, teve pouca atenção. Diferentemente dos outros grupos étnicos, o negro teria apenas “*relações com*” a História do Brasil. Este encaminhamento de von Martius, acabou por construir, e conseqüentemente contribuir, para a elaboração de um conceito de população no desenvolvimento histórico brasileiro. Nos próprios dizeres de von Martius, não se poderia “*perder de vista os elementos que*

---

<sup>33</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Livro de fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 64.

<sup>34</sup> von Martius sublinhou esse papel do branco ao resgatar especialmente a importância dos bandeirantes e das ordens religiosas na tarefa desbravadora e civilizatória.

*aqui concorrerão para o desenvolvimento do homem*”. Nesse sentido a população brasileira resultava da convergência dos três grupos étnicos citados.

Alinhado a isso, von Martius tratou da posição do historiador do Brasil para com a pátria e, sobretudo, da função política da historiografia, que deveria ter como desígnio *“aniquilar por meio de uma instrução judiciosa, os muitos preconceitos ainda reinantes entre as diversas províncias”*.<sup>35</sup> Estava explícito, portanto, que a escrita da História do Brasil não deveria ser um apanhado de *crônicas* isoladas, ou seja, não deveria conter diversas histórias relacionadas às províncias, mas sim um sentido histórico único e particular da narrativa da História do Brasil.<sup>36</sup>

Nesse mesmo caminho, von Martius também teve a preocupação com a linguagem na escrita da História do Brasil, pois a acessibilidade da obra em uma nação em vias de um *“progresso poderoso”* deveria *“satisfazer não menos o coração que a inteligência”*.<sup>37</sup>

Além da preocupação com a acessibilidade da linguagem, os autores românticos também se ocuparam das questões relativas à instrução pública, uma vez que o espaço escolar se constituiria como um *locus* para a formação do povo.

Outra questão fundamental para este grupo de letrados do qual Torres Homem fazia parte era: como constituir o Brasileiro? Como deslocar as expressões de pertença locais, daqueles baianos, mineiros, paulistas e etc., para uma expressão mais singular, a nacionalidade brasileira? Dentre as diversas possibilidades de construção desta nacionalidade, destacaremos agora tais questões relativas à Instrução Pública.

No esforço para manter a Ordem<sup>38</sup> e difundir a Civilização<sup>39</sup> os dirigentes imperiais forjaram instituições, criaram um corpo de leis, e empenharam-se na

<sup>35</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Op. cit.* p. 85.

<sup>36</sup> Aqui está inserido o caráter filosófico do ofício do historiador, na qual falamos mais acima.

<sup>37</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von Martius. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Loc. cit.* p. 85.

<sup>38</sup> Manter a Ordem era pôr fim às lutas que dilaceravam a sociedade imperial; era criar um conjunto de instituições políticas, administrativas, judiciárias e culturais que contribuíssem para a preservação da unidade territorial; era, sobretudo, garantir a continuidade de uma estrutura social assentada no trabalho escravo, no monopólio da terra e da violência. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.* p. 293 – 295.

<sup>39</sup> Difundir uma Civilização era possibilitar ao governo do Estado dirigir o governo da Casa, limitando suas exagerações e rompendo o seu isolamento; era colocar cada um dos membros da “boa sociedade” em contato estreito com as idéias, valores e costumes que caracterizavam as “Nações Civilizada”, servindo-se tanto dos seus representantes políticos, das escolas, dos livros,

difusão das Luzes. E, para colocar a nova nação nos trilhos da civilização, eles deram uma particular importância para a organização da Instrução Pública – o que foi feito por meio de leis, decretos e outras medidas legais.

Na origem da implementação do espaço escolar público elementar para todo cidadão brasileiro a partir da Constituição de 1824<sup>40</sup> houve uma crescente invocação da necessidade de instruir e civilizar o povo. Nesse sentido, a difusão da instrução primária, garantida como um direito dos cidadãos, manifestou-se como uma das primeiras iniciativas do Estado imperial dirigidas às crianças e jovens. A escola, diferentemente de outras instituições, teve uma característica inclusiva no objetivo de instruir e civilizar com uma perspectiva de produzir uma coesão social, ainda que na sua implementação originária tenha se dado em condições débeis.

No campo legislativo, a Lei de 20 de outubro de 1823, aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princípio da liberdade do ensino sem restrições. Já a determinação do item XXXII do artigo 179 da Constituição de 1824 era ‘a Instrução Primária é gratuita a todos os Cidadãos’, porém no texto constitucional não foram definidas “as maneiras de se garantir essa gratuidade”.<sup>41</sup>

Embora a Constituição de 1824 assegurasse a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, entre outros dispositivos, como a garantia a instrução pública, outros espaços, por vezes, oficiais também se conjugavam perante a questão da Instrução Pública, gerando caminhos tortuosos para a sua resolução.

Em outros espaços de atuação a discussão sobre a Instrução Pública também se fez presente. Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>42</sup>, então deputado pela província de Minas Gerais na Assembléia Geral do Império, afirmava em sua *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* de 1828 que:

---

dos jornais e pasquins, do teatro e de uma política médica. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.* p. 293 – 295.

<sup>40</sup> Constituição Política do Império do Brasil – 25 de março de 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)

<sup>41</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.* p. 270.

<sup>42</sup> “Eu vos faria, Srs. Eleitores, atroz injúria se me demorasse na explanação dos bens que da pública instrução percebe uma Nação; e ainda quando fosse matéria de questão, estava resolvida na Constituição do Império art. 179, item 32 e 33: devo porém assegurar-vos que a Assembléia Geral nas duas primeiras sessões tem trabalhado na propagação e aumento das Luzes como vos convencereis pelas Leis, que passo a referir”. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de Vasconcelos. “Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais”. 1828. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1904. p. 236. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=2658>



*“Legislando sobre a instrução pública, o principal cuidado da Assembléia Geral foi sua vulgarização o quanto fosse possível: é deste modo, que se poderão nivelar pouco mais pouco menos as faculdades morais dos Brasileiros, e que se aniquilara essa dependência real, que as luzes de uma classe exerciam sob a cega ignorância da totalidade: dependência esta que tanto contribuiu para a consolidação do Cetro de ferro, que fez por três nos oprimiu”.*<sup>43</sup>

Se de um lado a Constituição de 1824 assegurava a garantia da Instrução Pública, por outro, uma nova lei era aprovada pelos dirigentes imperiais três anos mais tarde. Promulgada em 15 de outubro de 1827, ela ordenou a criação de “escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”, bem como, “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas”, além de recomendar o Método Lancaster ou de Ensino Mútuo.<sup>44</sup>

A lei de 1827 ainda determinou que os “Presidentes das Províncias em Conselho marcassem o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existissem em lugares pouco populosos, sobretudo, remover os Professores das mesmas para as que fossem criadas”.<sup>45</sup> Quanto a competência para a taxaço dos ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, também cabia aos Presidentes em Conselho.

Esta incentivou uma reestruturação do ensino no Império do Brasil. Além de abrir e fechar escolas, remover professores, fixar proventos, dentre outras medidas, recomendou a adoção do já citado Método Lancaster<sup>46</sup>, que consistia em que “cada grupo de alunos (decúria) era dirigido por um deles (decurião), mestre da turma, por menos ignorante ou, se quiserem, por mais habilitado por esta forma, em que o professor explicava aos meninos e estes, divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos”.<sup>47</sup>

Ao professor cabia a tarefa de ensinar a ler, a escrever, as quatro operações de aritmética, a prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã

<sup>43</sup> VASCONCELOS, Bernardo Pereira de Vasconcelos. “Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais”. 1828. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1904.

<sup>44</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *Ibidem*. p. 270.

<sup>45</sup> Apud. MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. p. 35.

<sup>46</sup> Esse método tornou-se oficial e foi imposto às escolas primárias do Império do Brasil.

<sup>47</sup> Apud. MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. p. 36. Sobre o que consistia o Método Lancaster, a nota feita pela Selma Rinaldi de Mattos confere a: AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

e da doutrina da religião católica apostólica romana. Nas escolas voltadas para as meninas também existiu um programa curricular, porém, este sofreu algumas alterações: a geometria e a aritmética foram suprimidas, restando apenas o aprendizado das quatro operações e foram acrescentados ensinamentos dos afazeres da economia doméstica. Essa educação, “*do belo sexo*”, como disse Bernardo Pereira de Vasconcelos, “[*contribuiria*] muito para a civilização dos Estados”.<sup>48</sup> Porém, observamos que a formação da mulher, à época, voltada para o âmbito privado neutralizava sua participação na vida pública, espaço reservado aos homens. Essa ação que se configurava no Império do Brasil nos indica as próprias hierarquias que o espaço escolar, entre outros, produzia.

Do ponto de vista administrativo, o Ministério do Império era o órgão responsável pela administração do ensino primário e secundário na Corte, além do ensino superior. A partir de 1834, com o Ato Adicional<sup>49</sup>, os níveis primário e secundário ficaram sob jurisdição das Províncias. Podemos perceber com essa mudança que a ingerência da instrução pública passou a estar sob os cuidados das autoridades locais, reforçando o princípio democrático da experiência imperial no período.<sup>50</sup> Contudo, apesar da descentralização do ensino, as medidas e o conjunto de leis executadas na corte funcionaram como modelos para as demais administrações do Império.

Como nos indicou Ilmar de Mattos, não apenas a Província, mas também a cidade do Rio de Janeiro desempenharam o papel de “laboratórios”, por serem espaços centrais para a constituição de poderes públicos e do domínio dos dirigentes do Império. Em termos gerais, as definições legais acerca da instrução pública, tomadas no pólo irradiador de cultura e civilização – a cidade do Rio de Janeiro – foram progressivamente assimiladas como modelo por outras regiões, por vezes, com algumas variações e especificidades locais.

<sup>48</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos. *Op. cit.* p. 237.

<sup>49</sup> “Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral”. *Ato Adicional* – Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 – art. 9º § 2º - In. MATTOS, Selma Rinaldi de. *Op. cit.* p. 37.

<sup>50</sup> Na relação entre o Ato Adicional e a Instrução Pública, Ilmar de Mattos destacou o caráter potencializador da administração provincial, pois, “Torna-se necessário restabelecer a íntima conexão entre a Lei do Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, e a que marcava as atribuições dos presidentes das províncias, de 3 de outubro do mesmo ano, sobretudo, porque esta reafirmava o presidente da província como a primeira autoridade nela, subordinando-lhe todos que nela se encontrassem, seja qual for a sua classe ou graduação”. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.* p. 270.

Portanto, disseminar a instrução, fiscalizar as escolas, escolher um método a ser seguido e encontrar professores qualificados foram algumas das preocupações dos dirigentes imperiais que arduamente trabalharam tanto na construção do Estado imperial quanto para a formação do povo.

O esforço dos dirigentes imperiais em regulamentar e fiscalizar o ensino elementar e secundário na Corte criou um modelo com forte caráter centralizador, que buscava a unificação por vias legais. Os dirigentes imperiais procuraram reforçar, através de um projeto político e social, a importante função da Instrução Pública: a de formar o povo.<sup>51</sup>

Nesse contexto, o público alvo do ensino primário e secundário fora restringido. O acesso aos espaços escolares criados pelo Ministério do Império fora concedido apenas à população livre. Os escravos foram proibidos de ingressarem nas escolas públicas. A legislação da Instrução Pública estabeleceu e ratificou a distinção fundamental que marcava a sociedade imperial – a subordinação dos cativos aos homens livres, inclusive a divisão entre os próprios homens livres.

Para tanto, a legislação determinava que o ensino primário fosse suficiente às camadas pobres dos homens livres, mantendo o ensino secundário e superior voltado para uma minoria. As atividades com maior carga intelectual e política, os cargos públicos e a direção do Estado permaneciam sendo privilégio daqueles que constituíam a “boa sociedade”, restando à camada de homens livres e pobres a “vantagem” do exercício de trabalhos manuais ou de baixo valor agregado.

Se por um lado houve um esforço dos governantes imperiais de estabelecer uma ordem educacional, por outro, na esfera cultural, houve um outro movimento complementar ao primeiro – o da difusão de uma Civilização.

Difundir a Civilização, para aqueles governantes que forjavam o Império do Brasil enquanto Nação moderna, era instruir o Povo no campo das artes e ciências, fazendo assim, da prosperidade moral, do engrandecimento do espírito, bem como do progresso material, o caminho para o sentido último da Nação – a sua Felicidade.

---

<sup>51</sup> Citando João Manuel Pereira da Silva, então Vice-Presidente da província do Rio de Janeiro em 1851, “*um dos ramos mais difíceis da administração; entretanto, a instrução pública forma o povo*”. Apud. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.* p. 269.

A partir da criação de instituições e da difusão de novas idéias e valores por meio dos livros, jornais e revistas, entre outras ações, os dirigentes imperiais buscaram civilizar a “boa sociedade”. Tal tarefa civilizadora não foi garantida somente pelo viés burocrático; ela necessitou também formar um bloco coeso e articulado, compreendendo alunos, professores, romancistas, leitores, jornalistas, historiadores, bacharéis, médicos e outros profissionais liberais – uma *intelligentsia* ampliada, enfim.

O espaço escolar foi, sem dúvida, um *locus* estratégico para a circulação de valores da identidade nacional, no que tange à “expansão para dentro” tramada pelos dirigentes imperiais. Mas, foram os letrados, com seus romances ou com seus escritos nos periódicos, que complementaram esse papel.

Daí a importância crescente da imprensa na difusão dessas idéias, como bem afirmou o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos:

*“Um dos mais proficuos meios de disseminar a instrução pelos membros de uma sociedade é a liberdade de imprensa: a experiência das Nações cultas demonstra com evidência esta verdade, como poderia uma Nação chegar ao conhecimento do bom, ou mau procedimento de seus Servidores, se não houvesse liberdade de o publicar pela imprensa? E como obteria o conhecimento dos fatos, de que se pede informação, se a imprensa os não publicasse? De mais, é pela imprensa que se propagam os conhecimentos úteis. Eis a razão, porque me pareceu, que (...) devia tratar das Leis sobre escolas públicas, e das que respeitam aos da liberdade de imprensa”.*<sup>52</sup>

A disseminação dos *conhecimentos úteis* e das ciências, oferecida pela *Minerva Brasiliense*<sup>53</sup> e outros tantos periódicos da época, exprimia essa ação educativa. A sua importância era notada também no incentivo às reformas educacionais que podia ser percebido na revista. Ao defendê-las esta última valorizava a preservação da regra e da ordem, evitando o excesso da paixão dos homens e retirava o monopólio da educação do governo da Casa, enfatizando o deslocamento da instrução do espaço do privado para o espaço do público. A revista também defendeu a utilização do Método Lancaster, corroborando a idéia

<sup>52</sup> VASCONCELOS, Bernardo Pereira de Vasconcelos. “Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais”. 1828. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1904.

<sup>53</sup> Para que não haja um entendimento anacrônico da relação entre o discurso de Bernardo P. de Vasconcelos em 1828 e a *Minerva Brasiliense* (1843-1845), entendamos o deslocamento temporal não meramente como cronológico, mas sim, como um tempo histórico, o tempo de construção do Estado imperial.

de que a instrução deveria atingir simultaneamente a todas as classes da sociedade, porém, de formas distintas.

Vejamos como tais questões se apresentaram na *Minerva Brasiliense*. No ensaio intitulado, “*Importância de uma boa educação*”<sup>54</sup>, Januário da Cunha Barbosa, recorreu aos antigos – gregos e romanos – para iniciar esse assunto.

*“A educação da mocidade foi sempre considerada pelos grandes filósofos e pelos mais famosos legisladores com a mais segura fonte de repouso e da felicidade, não só das famílias, como também dos estados e dos impérios. E o que é uma república ou um reino senão um vasto corpo cujo vigor e saúde dependem da saúde e do vigor das famílias particulares, que são os seus membros e partes e do qual nenhum pode faltar as suas funções sem que todo o corpo se ressinta? E não é a boa educação que põe todos os cidadãos, e mais que todos os grandes e os principais, em estado de desempenharem dignamente suas diferentes funções?”*<sup>55</sup>

Enxergamos nessas palavras a tentativa de trazer à tona, a importância da educação para os *cidadãos* pertencentes às *famílias particulares*, para a participação desses cidadãos na sociedade. Seguindo, Cunha Barbosa disse:

*“Não é evidente que a mocidade é como o viveiro do estado, que por ele se renova e se perpetua? Que dele vem todos os pais de família, todos os magistrados, todos os ministros, em uma palavra todas as pessoas constituídas em poder e dignidade? Não se pode assegurar que o que há de bom ou de defeituoso na educação daqueles que tem de exercer alguma vez os empregos do estado influi em todo o seu corpo, e torna-se como o espírito e o caráter geral de toda a nação?”*<sup>56</sup>

Com essa seqüência de interrogações, Cunha Barbosa pareceu conduzir o leitor, ao automatismo das respostas em termos positivos. Se na mocidade residia o futuro e, por vezes até mesmo o presente *do estado*, cabia à boa educação preparar a mocidade para uma boa condução do estado. Assim, como não educar e moralizar essa mocidade *digna*, de modo a garantir um futuro promissor *à nação*?

No trecho que segue o comentário acima:

*“As leis, em verdade, são o fundamento dos impérios, conservando-lhe a regra e a boa ordem, mantendo-lhes a paz e a tranqüilidade. Mas donde tiram as leis sua força e seu vigor senão da boa educação que lhes acostuma e submete os espíritos? Sem educação elas são um fraco muro contra as paixões dos homens. A lei, quando é só, é uma senhora dura e imperiosa, que constringe o homem*

<sup>54</sup> *Minerva Brasiliense*, n.3, 1 dez. 1843.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

*no que lhe é mais caro, e de que é mais zeloso, quero dizer, em sua liberdade. (...) O mesmo não há a respeito da educação. Ela é uma senhora doce e insinuante, inimiga da violência e do constrangimento, que ama obras por meio da persuasão, que cura de fazer agradáveis as suas instruções falando sempre com razão e verdade”.*<sup>57</sup>

Participante de um projeto de construção de Estado centralizador, que combatia os exageros e monopólios dos governantes da Casa, percebemos, nas palavras de Cunha Barbosa, a tentativa de convencimento ou persuasão de seus leitores, para abraçarem uma educação que os tornaria mais virtuosos.

A importância, assim, de uma Instrução Pública – para crianças e jovens –, que objetivaria a retirada do monopólio da educação do governo da Casa e, sobretudo, a busca de elevar seus componentes a uma concepção de vida estatal, era defendida abertamente por Cunha Barbosa:

*“(...) os meninos se devem educar, não em particular e na casa paterna, e sim em público, por mestres comuns, e debaixo de uma disciplina, afim de que se lhe inspire bem com cedo amor da pátria, o respeito para com as leis do país, o gosto dos princípios e máximas do estado em hão de viver, por isso mesmo que cada espécie de governo tem seu gênio particular”.*<sup>58</sup>

Completando o argumento, ele, ainda nos dizia que os *meninos* que aprendem na primeira idade as lições educacionais tornam-se um “*vaso novo que conserva por muito tempo o cheiro do primeiro licor nele depositado*”. Assim, as lições educacionais deveriam começar com o nascimento *dos meninos*, que cresceriam e se fortificariam com elas. No desfecho do ensaio, em um tom mais arrojado, dizia, também, que a “*desgraça é que os maus hábitos duram mais que os bons*”, e se valendo dos argumentos dos filósofos antigos, indicava que um dos deveres dos encarregados da “*educação dos meninos*” era precaver o contato desses “*vasos novos*” com os escravos e domésticos, pois tal convívio seria considerado prejudicial à formação das crianças.

Em tempos de construção do Estado imperial, outros letrados da *Minerva Brasiliense* também se empenharam em discutir a Instrução Pública e propor-lhe princípios e ações. De autor desconhecido, o ensaio “*Instrução Pública*”, por exemplo, explicitou a responsabilidade/dificuldade daqueles que têm acesso ao

---

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> Ibidem.

domínio da palavra, principalmente quando essa palavra é divulgada. Assim, esse autor discorreu sobre o tema:

*“O primeiro embaraço, que se apresenta ao espírito de quem se ocupa de estabelecer princípios sobre um ensaio público nacional, é sobre qual deve ser a espécie da educação intelectual, adaptada às diferentes classes e condições de indivíduos numa sociedade”.*<sup>59</sup>

O grau de instrução e cultura a que precisavam atingir as diferentes classes na sociedade, não era o mesmo. Defendia o princípio, porém, de que todos deveriam ter um mínimo de instrução:

*“(...) indubitavelmente, é que há um gênero de instrução, a qual todos devem possuir, e que há outra, a certos indivíduos. Os que são destinados ao trabalho do campo, ou à manipulação das oficinas não carecem ser instruídos no mesmo grau, como os que se destinam ao governo do estado, ou a arte militar. Mas até um certo ponto, considerável grau de ilustração pode estender-se a todas as classes”.*<sup>60</sup>

Em seu tom hierarquizante, continuou:

*“Qual é porém o grau de inteligência, e de aptidão mental, que pode ser adquirido pela classe mais numerosa da nação? Este é o problema. Ainda que ao maior número de indivíduos incumbe o incessante afã de ganhar o seu pão, com o suor do seu rosto, nenhum há, que não possa forrar alguns instantes, ou mesmo alguma época da vida para se empregarem na cultura do seu entendimento”.*<sup>61</sup>

O autor desconhecido expôs também planos gerais de instrução, sendo um que abrangesse todas as classes da sociedade, outro destinado apenas à classe média, e um terceiro, muito “peculiar”, direcionado somente “àquela classe” – a “boa sociedade” –, que se dedicava às atividades elevadas e às profissões científicas. O método adotado seria o “mais fácil e econômico”, também já citado aqui, o *Lancaster*. Tal método, na opinião do autor, deveria ser estendido aos *elementares princípios de todas as ciências, e (...) não devia só restringir-se a aprender a ler, escrever e contar*. Contudo, o autor defendeu a seqüencialidade dos níveis escolares, de modo a reafirmar a diferente posição ocupada pelos indivíduos na sociedade e a hierarquia existente entre eles.

<sup>59</sup> *Minerva Brasiliense*, n.10, 15 mar. 1844.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

<sup>61</sup> *Ibidem*.

“Desta primeira escola<sup>62</sup> popular comum a todos os indivíduos deve-se passar a uma segunda escola<sup>63</sup>, que pode se chamar escola. Esta escola é para a classe média da sociedade, isto é, para a que deve dar alunos a todas artes úteis, e ao comércio. Uma educação conveniente a esta porção da associação é da mais transcendente importância. É nesta classe, que reside toda a força da comunidade; nela se contém a maior parte da indústria, é nela que se encontra sempre o gênio, que inventa, e a mão, que executa; (...) Os lavradores, os negociantes, os fabricantes, os artistas, os que descobrem novos processos e os que já aperfeiçoam os que já descobertos; os que pensam e oprimem pelo restante dos indivíduos, todos esse pertencem à esta classe, e raras as vezes se encontram na do baixo povo, ou na da orgulhosa nobreza. – Portanto, a educação desta classe se deve dar a maior atenção e cuidado ainda, do que a dos indivíduos, que se dedicam às profissões científicas e políticas”.<sup>64</sup>

Na medida em que reforçava a idéia de que o estudo deveria começar a ser diferenciado a partir da *segunda escola*, o autor, também dizia que toda economia no ensino é tão absurda como a do “*avarento que a si mesmo nega o pão*”. Para a *terceira escola* ou *escola superior*, como denomina o autor, os esforços também não deveriam ser raros, pois neste nível educacional encontravam-se as “*profissões científicas da teologia, jurisprudência, política, arte militar, medicina e filosofia natural*”, vistas como importantes para a marcha da nação rumo ao progresso e à civilização.

Em outro ensaio, intitulado “*Será a educação necessária, ou vantajosa às classes inferiores?*”<sup>65</sup>, assinado simplesmente por Um Velho, tratou-se da educação como instrumento necessário para o aperfeiçoamento moral e espiritual dos desvalidos de algum tipo de propriedade. Às claras, enfatizou-se a quem o conteúdo do ensaio estava direcionado: *a todo aquele que tem um filho ou um criado*.

<sup>62</sup> De acordo com o autor, nesta primeira escola *comum a todos*, além de ler, escrever e contar, era necessário o catecismo religioso e uma cartilha universal que contemplasse “as verdades populares, relativas à moral, à análise da constituição do estado e a história natural”.

<sup>63</sup> Para o autor, deveria ser aprendida a língua materna, a gramática, “importante para a construção de discursos”, um resumo de um livro sobre o sistema solar; catecismo geográfico; um catecismo cronológico e outro de história geral, “com os grandes acontecimentos” (Perseguições religiosas, Reforma, Descobrimento da Imprensa, Descobrimento da América, Revolução Francesa); catecismo moral, catecismo político e o estudo das línguas francesa e inglesa, devido a “utilidade da vasta extensão da literatura e sua difusão por todo o mundo”.

<sup>64</sup> *Minerva Brasiliense*, n.10, 15 mar. 1844.

<sup>65</sup> *Minerva Brasiliense*, n.12, 15 abr. 1844.



Ao explicitar a possibilidade de entender a educação como bem que não deveria estar ao alcance de todos<sup>66</sup>, o autor Um Velho disse ser um sofisma a necessidade de se manter as classes inferiores na ignorância, para que não largassem o trabalho do campo.

Essa concepção funcionaria como uma espécie de empecilho para a prosperidade da nação, pois, ao referir-se aos indivíduos das classes inferiores, o autor afirma que estes estariam normalmente “*brutalizados pelo excessivo trabalho*”, e que “*seus corações estariam endurecidos e seus espíritos apouquentados*”.<sup>67</sup>

Este autor contrastou tal realidade com as tantas instituições de ensino, entre escolas, academias e colégios, que estariam abertas e direcionadas às classes superiores. Essa relação demonstrava o quanto as classes inferiores estavam entregues à própria sorte, em “*hedionda degradação*”. A partir desse ensaio de caráter crítico, vimos que o campo da instrução pública foi também o lugar de inúmeros debates e de percepção das tantas contradições que se apresentavam na estrutura social da sociedade imperial brasileira. A busca de uma *moralização* do corpo social esbarrava nas próprias hierarquias geradas no seio dessa sociedade. Finalizando o ensaio, o “Velho” defendeu que os progressos da educação também deveriam se ser estendido às “*classes inferiores*”, pois estas “*mereciam e precisavam*” receber instrução.

Na última parte deste capítulo, através da apresentação de alguns ensaios presentes na *Minerva Brasiliense*, quisemos chamar a atenção para a relevância da contribuição dos letrados que escreveram no periódico, para a compreensão das questões nacionais que se apresentavam. Tais letrados estavam em sintonia com aqueles homens públicos que mais diretamente se dedicaram à construção do Estado imperial. O desígnio de não só informar, mas também de instruir os homens de seu tempo, a necessidade de um aperfeiçoamento intelectual e moral, enfim, faziam da *Minerva Brasiliense* um dos maiores expoentes dos periódicos do século XIX. Muitos foram os veículos impressos que expressaram a nação em seu tempo de construção e consolidação, porém, percebemos que a *Minerva*

---

<sup>66</sup> Uma explicação deriva do Velho Testamento, em que diz que “o homem nasceu para o trabalho”, no preceito de Moisés, “trabalhar sem ser escravo”. A outra, se baseou no campo da medicina, segundo a opinião dos médicos “o corpo requer absolutamente uma certa porção de trabalho para o conservar em saúde. Sendo assim, através dessas duas explicações, o trabalho se tornaria um dever.

<sup>67</sup> *Minerva Brasiliense*, n.12, 15 abr. 1844.

*Brasiliense* interferiu mais incisivamente nas experiências daqueles que constituíram o Império do Brasil, e tentaram fazê-lo existir enquanto nação civilizada.

Nessa estreita conjugação entre imprensa e instrução pública, na construção do Estado imperial, compreendemos que – fora das vias formais para o estabelecimento da instrução pública na qual trabalhamos aqui – a imprensa, representada pela nossa revista em questão, foi participante e atuante na formação do Povo brasileiro. A atuação destes letrados esteve em conformidade com os dirigentes do Estado Imperial, os quais tinham, nas palavras de Ilmar de Mattos, “*os olhos na Europa e os pés na América*”. Tal postura significava buscar a inserção do Brasil na história da civilização ocidental e destacar as especificidades da experiência brasileira a partir do olhar do romantismo, seu importante aliado ao longo dessa trajetória.